

# 3

## • Metodologia





## Capítulo III Metodologia

Neste trabalho refletimos sobre o modo pelo qual uma determinada metodologia vem sendo construída e aplicada, não só nas teorias feministas, mas também pelas/os historiadoras/es e por alguns e algumas cientistas políticos. Tendo como pano de fundo o processo pelo qual passam as ciências humanas, e também sua transformação, no bojo da qual se repensam e precisam novos métodos, tentando formular teorias mais condizentes com novas realidades e necessidades sociais<sup>1</sup>. Daí decorre o fortalecimento que o enfoque feminista vem conseguindo ao tornar-se uma frente crítica do conhecimento contemporâneo. Diz a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias que

“as amarras ideológicas – um modo de conhecer predeterminado por um sistema de dominação cultural arraigado – refletem-se nos estudos feministas, e, ao mesmo tempo, dizem respeito a mulheres que, como seres humanos, são também, e a despeito dos condicionamentos culturais, agentes de si mesmas. Assim, equivale a dizer que o tema das mulheres enquanto objeto do conhecimento partilha com as ciências humanas as incertezas inerentes ao próprio processo do conhecimento. Portanto, a abordagem perspectivista propriamente histórica é uma das múltiplas opções que se apresentam para a delimitação de abordagens metodológicas para os estudos de mulher. Propicia o esforço feminista de reelaborar os estudos das mulheres fora da linguagem, das teorias e da ordem simbólica em abstrato”<sup>2</sup>.

Segundo essa autora, algumas balizas metodológicas podem ser emprestadas das ciências humanas, por exemplo, considerar em permanente mudança os processos de que as mulheres participam – para não repetir a visão de que as sociedades são estáveis, que os métodos tradicionais pretendem reforçar. É o caso – bem comum num país como o Brasil – da construção das normas culturais da Igreja Católica, do direito ou do próprio senso comum, sempre baseados em premissas particulares, mas arrogando-se o caráter de universais. Como nos lembra Maria Odila:

“Essa é uma armadilha sutil e amplamente presente na bibliografia de estudos da mulher, comprometendo seus resultados. Temos que incorporar as mudanças, aceitar a transitoriedade do conhecimento, dos valores culturais em processo de transformação no tempo, desse modo levantar o questionamento das universalidades, o pensamento único como categorias de análise, com o objetivo de ser um contraponto à permanência do universo simbólico, da linguagem e do discurso, núcleo de um sistema de dominação de que justamente se pretende fazer a crítica. As normativas estabelecidas para a conduta feminina vêm sendo rompidas no cotidiano, e com isto redefinir os processos de subjetividade, de identidade, da própria racionalidade no mundo contemporâneo não se dá tentando reencontrar no passado, negando a temporalidade, o que certas correntes feministas pós-estruturalistas ou essencialistas ainda defendem”<sup>3</sup>.

Esses paradigmas valem para a aplicação das metodologias de como pensar a cidade entendendo-a como uma totalidade, e não apenas um espaço em que transcorrem as atividades do transporte, do saneamento básico, da construção de edifícios (em especial aqueles para moradia, mas também os outros). Estas são perspectivas parciais. Não

<sup>1</sup> Harding, Sandra “The instability of the analytical categories of feminist theory”. In: *Signs*, Vol. 11, nº 4, p. 645-54, 1986.

<sup>2</sup> Leite.M.O – in questão de gênero, 1990.

<sup>3</sup> Dias, M.O.L.S. “Uma questão de gênero”. In: Costa, A.O. & Bruschini, C. *Teoria e método*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

podemos tratar esses assuntos de modo fragmentado, e sim como fenômenos integrados às relações sociais. Não se pode, por exemplo, projetar um piscinão tendo preocupação apenas com a solução das enchentes, sem pensar nas conseqüências de uma obra desse porte, como no caso do construído nas margens do córrego Pirajussara, na Zona Oeste do município de São Paulo, divisa com Embu e Taboão da Serra, que vira depósito de lixo, sendo também ocupado por marginais, nos períodos de estiagem.

Devemos pensar a cidade como uma totalidade, para cada vez menos ouvir de engenheiros (mas não só eles) a afirmação de que a preocupação social não é um problema de engenharia. Sim, é um problema, na verdade, de toda/o profissional que desenvolve seu trabalho, principalmente num país em desenvolvimento e numa cidade como São Paulo, que vem sofrendo os resultados de toda sorte de irresponsabilidades para com suas/seus habitantes.

A população elege as/os governantes, mas estas/es, agindo nas administrações sempre com medidas pontuais e obras de impacto, sem prever as conseqüências futuras e os desdobramentos nas áreas contíguas à obra em questão, têm os olhos voltados apenas para sua continuidade no poder. A configuração presente dos espaços construídos tem uma história que deve ser compreendida, na inter-relação com todas as disciplinas envolvidas, e a nova intervenção precisa considerar esta história e adotar práticas que dialoguem com os impactos futuros e, no caso de São Paulo, levar em conta a preservação do ambiente, o social e o econômico.

Apesar de que a polêmica sobre gênero ainda se desenvolve, achamos que esta é a categoria mais avançada a ser adotada, pois não nos deixa cair no erro de diluir o tema da mulher, que, em última instância, nesse imbricar relacional entre homem e mulher, é quem leva maior desvantagem.

Na primeira parte da pesquisa, debruçamo-nos sobre as teorias e experiências desenvolvidas a respeito de gênero nas áreas técnicas e nas Ciências Humanas, destacando-se a questão urbana, no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo. Farto material foi produzido e pôde ser obtido, nele incluindo-se registros e análises de experiências desenvolvidas em algumas cidades brasileiras, e outras da América Latina, da Europa e Eurásia. Vivia-se então uma conjuntura favorável aos estudos e ao recolhimento de informações, pois no final do século XX a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento, população e demografia, direitos humanos, quatro conferências de mulheres, uma em 1975 (México), a segunda em 1980 (Copenhague), a terceira em 1985 (Nairobi) avaliação da década da mulher, e a quarta em 1995 (Beijing) onde aprovou uma Plataforma de Ação, e a do Habitat e assentamentos humanos, em 1996.

As mulheres feministas, que vinham se organizando desde a década de 1960, formularam, baseadas nas especificidades de sua visão e de suas questões, propostas para todos os temas discutidos e as encaminharam para a formulação de políticas públicas, contemplando os temas econômicos e sociais para a humanidade, mas sempre destacando o ponto de vista das mulheres. Nessas conferências, fruto de uma ampla participação da sociedade civil organizada, as mulheres foram as mais organizadas, desempenhando papel de destaque, tanto em número quanto em qualidade.

Inserida nesse clima de reflexões pensamos em desenvolver o trabalho de

mestrado ouvindo as mulheres da cidade de São Paulo, formulando propostas a serem seguidas, para, no doutorado, buscar experiências de outros países, como Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Alemanha e Canadá. Mas nossa participação nesse processo amplo, em que pudemos comparecer à Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, criou, por assim dizer, um atalho nesse encaminhamento e veio facilitar a nossa coleta de dados, pois tivemos a oportunidade de entrar em contato com uma rede de mulheres em que se incluíam planejadoras, acadêmicas e militantes de inúmeros países, muitas das quais se organizavam para a Conferência Mundial do Habitat II e a Women Homes and Community – a Super Coalition – ligadas a HIC – Habitat International Coalition.

Além das experiências dos países acima citados, tivemos acesso àquelas desenvolvidas por mulheres planejadoras da Inglaterra, França, Grécia, Turquia, Uruguai, Guatemala, Argentina e países africanos. O rico material conseguido poderia embasar pelo menos umas três dissertações, além de fornecer subsídios para várias teses. Lemos e filtramos todo esse material, com muito cuidado, para a construção de um cenário do que as mulheres pensam e propõem para o mundo neste momento, assim como para fortalecer nossa prática política e profissional.

Em resumo, fortalecemos nossa visão de que a maioria das mulheres clama por democracia, visibilidade, cidadania, e de que, nos países em desenvolvimento, além daquelas questões, os maiores anseios são por serviços básicos (água e esgoto), educação, profissionalização, igualdade, habitação, creches, transporte. Todas denunciando e fazendo protestos contra a violência de gênero (tanto a doméstica quanto a sexual), no plano público e no privado, igualmente nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento.

Um aspecto comum a todo esse material é a opinião, expressa por planejadoras de vários países, de que as cidades e a área rural não respondem às necessidades das mulheres. Quando se pensa em intervenções nas cidades, as experiências que levam em conta aquelas questões básicas (saúde pública incluindo a violência sexual e doméstica, educação, geração de renda), embora restritas e pontuais, chegam a resultados positivos, que atribuímos sempre à presença e à responsabilidade de alguma feminista que esteja a sua frente.

Mas todas as pesquisadoras acadêmicas e mulheres de outras categorias profissionais que tiveram acesso ao poder de decisão em nível local sofreram muita pressão e acabaram por não lograr produzir grandes intervenções, que melhorassem por completo as condições de vida das mulheres. E no Brasil não é diferente. A prefeita Marta Suplicy, que se assume como feminista, ainda não conseguiu imprimir a marca diferencial das mulheres a uma administração que não avançou muito no sentido de garantir mais conquistas para as mulheres. Claro que fez muito mais do que qualquer outro governante antes dela. Como exemplo desse novo (em relação aos anteriores) enfoque administrativo, podemos citar a reativação dos Centros de Referência à Mulher, o Programa Vai e Volta, que aliviou as mães que, antes, tinham de ser transportadoras de suas crianças para a escola e voltado para as mães da periferia.

Assim, decidimos por uma reflexão sobre as experiências que o movimento feminista desenvolveu e que redundaram numa proposta de alteração do pensar e do viver das relações sociais de gênero, assim como da produção do espaço construído no Brasil. Escolhemos como nosso foco o movimento por creches e o movimento de combate à vio-

lência doméstica e sexual, bandeiras fortes do movimento feminista e que muito interferiram no espaço público e privado, assim como na organização do próprio Estado, ao exigir que os governantes oferecessem espaços físicos e profissionais até então nunca pensados para responder a essa demanda. Quanto à luta por Unidades Básicas de Saúde, também produto da reivindicação das mulheres no Movimento de Saúde, está muito bem documentada em tese de doutorado, mais tarde publicada em livro, defendida por Machado<sup>4</sup>.

Já que um dos objetivos da pesquisa era introduzir as discussões sobre as relações sociais de gênero na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, destacamos, como mais estratégico em relação a essa área e a essa instituição, o impacto, na malha urbana e na arquitetura, das reivindicações feministas atendidas, e suas conseqüências, principalmente na cidade de São Paulo. Foi o caso dos projetos arquitetônicos para creches, entendidas como equipamento educacional, hoje assumidas pela Constituição Federal Brasileira e pela Lei de Diretrizes e Bases, para as Delegacias de Polícia de Defesa das Mulheres (DDMs), para o centro de referência de apoio à mulher e para as casas-abrigo. Se as práticas do planejamento urbano são tímidas, as intervenções visando à inclusão das mulheres só trazem resultado quando o movimento social feminista é forte e combativo.

Alguns teóricos, como Gottdiener, Boaventura Santos e Milton Santos<sup>5</sup>, percebem a importância de considerar, em suas teorias urbanas, que o espaço construído é uma produção social, e reflexo das relações sociais de uma dada época, assim como deixam claro que as relações sociais podem alterar o espaço. Compreendemos também em seus escritos que hoje apenas o conflito entre classes não é suficiente para dar a essas questões respostas práticas satisfatórias<sup>6</sup>. Pois hoje, respondendo a uma maior complexidade social e a reivindicações que são frutos de maior consciência política, os movimentos sociais feministas, de negros, jovens, idosos, ambientalistas e de orientação sexual (travestis, *gays*, lésbicas, transexuais) demandam mudanças radicais e querem participar dos poderes de decisão, sejam locais, estaduais ou nacionais, não opinando apenas sobre temas relativos à especificidade de suas condições e aspirações, mas apresentando propostas de reordenação para todo o planeta.

### Assim foi a pesquisa de campo

Decidimos desenvolver todo o processo de pesquisa de campo, além das entrevistas, testando a receptividade e aceitação ou não de nossas idéias. No ambiente universitário constata-se que a sensibilidade para as relações de gênero na graduação e nas linhas de pesquisa ainda está por vir, cabendo por isso aplicar aí as resoluções da Unesco que orientam os países no que toca ao tratamento da questão de gênero nos planos educacionais. As universidades não estão sensibilizadas para isso, e, como diz Maricato, “o mesmo acontece com as questões urbanísticas e da arquitetura”<sup>7</sup>.

Uma das maneiras que encontramos para desenvolver nosso trabalho nesses anos de reflexão foi realizar a pesquisa de campo, a pesquisa-ação, estudos, muitos debates, assim como participar de seminários, cursos, encontros, congressos, conferências mundiais, nacionais, estaduais, seja em contato com organizações de mulheres de uma forma geral, de mulheres em suas categorias profissionais ou entidades feministas, e em espaços mistos, na companhia de homens e mulheres, como no Comitê das Bacias

<sup>4</sup> Machado, L.M.V. *Atores sociais e movimentos urbanos. Continuidade e gênero*. São Paulo, Annablume, 1995.

<sup>5</sup> Santos, M. *Técnica, espaço e tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994; Santos, B. *Pela mão de Alice*; e Gottdiener.

<sup>6</sup> Boaventura Santos, que reconhece que as teorias feministas são responsáveis por esta contribuição, além de Milton Santos, Gottdiener e Farret.

<sup>7</sup> “A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da ‘cidade oficial’. Não estão nos mapas inclusive nos dados do IBGE, e o mesmo acontece nas universidades, que são presas da conceituação reificada de arquitetura ou da representação ideológica da cidade” (Maricato, p. 122-3).

Hidrográficas do Alto Tietê – neste caso, acompanhando a União de Mulheres de São Paulo, que aí tem presença por intermédio do subcomitê das bacias hidrográficas do Cotia-Guarapiranga – e em nossa atuação no Grupo Técnico de Apoio (GTA), uma organização não-governamental. Sempre visando a contribuir na elaboração de legislações a serem inseridas em emendas a planos diretores, serem apresentadas no Legislativo e para políticas públicas a serem aplicadas no Executivo, enfatizando a necessidade de todas essas contribuições passarem por fóruns amplos e participativos.

Para tanto, a auscultação das mulheres não organizadas, nas ruas da cidade e no campo, e a participação no debate travado pelas feministas, até mesmo no âmbito do espaço urbano, principalmente com as/os técnicas/os do GTA fizeram com que déssemos um mergulho, bem profundo, e captássemos o anseio das mulheres, o que nos deu subsídios suficientes para refletirmos sobre a problemática do não acesso das mulheres à cidade<sup>8</sup>.

Isso dá a importância das discussões e debates com as/os planejadoras/es e as/os políticas/os da cidade, que não absorveram, ainda, a perspectiva das relações sociais de gênero ao pensar e elaborar suas intervenções. Um exemplo de que as/os arquitetas/os, como as/os ligadas/os à USP, não se sensibilizaram para as questões das relações sociais de gênero ainda é a Comissão Especial da Casa de Dona Yayá, assim como as/os técnicas/os da Secretaria Municipal de Planejamento quando da elaboração do plano diretor, assim como seu secretário, na gestão da prefeita Luiza Erundina.

Ao equacionar esses conceitos, decidimos encaminhar seu desenvolvimento tendo como intuito testar, na prática, a aceitabilidade e a receptividade, nos organismos estatais, principalmente municipais, estaduais e no Legislativo, e em especial nos governantes e técnicas/os de comando, da implantação de políticas públicas voltadas para as mulheres, aliada ao entendimento da filosofia dos direitos humanos, das relações sociais de gênero e da preservação e melhoria do meio ambiente.

Propusemos experiências práticas, como desdobramento e aplicação da pesquisa, entre elas, um seminário que viesse a se transformar num futuro treinamento, que foi desenvolvido com técnicas/os de todas as secretarias de uma dada prefeitura, no caso, a de Mauá (SP), por meio da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama), no qual introduzimos temas relacionados aos conceitos de gênero, direitos humanos, políticas públicas voltadas à problemática ambiental. Como estes temas podem ser considerados transversais, pois perpassam as áreas de saúde, educação, habitação, transporte, foram e devem ser trabalhados de forma multidisciplinar e intersetorial. E o mesmo se deu com a elaboração de um capítulo específico para as mulheres que foi proposto pela União de Mulheres de São Paulo, discutido e assumido pela Coordenadoria Especial da Mulher (organismo da Prefeitura do Município de São Paulo) e apresentado pelas vereadoras Flavia Pereira e Lucila Pizzani, Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo, como emenda ao Plano Diretor Estratégico, na cidade de São Paulo no ano de 2003.

#### Premissa

Decidimos estudar as relações sociais de gênero no espaço público e, no espaço privado, a ação das políticas urbanas e a metodologia dos projetos de arquitetura.

<sup>8</sup> As francesas lançaram uma “Carta das Mulheres na Cidade”, que visa à elaboração de uma nova filosofia de planejamento urbano e territorial, capaz de alimentar, de maneira construtiva, um verdadeiro debate democrático integrando as necessidades e expectativas diferenciadas das cidadãs e cidadãos. Dizem elas “que os esforços de revitalização de nossas cidades devem convergir para o surgimento de outras prioridades políticas e econômicas, dirigidas para uma maior harmonia no plano social”. Esta carta visa ao compromisso de reconstruir locais e laços de coesão social, permitindo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres tanto no meio urbano quanto no rural. E visa essencialmente a promover uma sociedade mais emancipada, livre de estereótipos constrangedores, que freiam toda evolução favorável às mulheres em matéria de planejamento e serviços urbanos e habitacionais, de segurança e de mobilidade. Propõe pensar e remodelar a cidade com base no olhar das mulheres, a fim de trazer novo equilíbrio e uma outra dimensão ao espaço urbano. Defendem uma nova filosofia de planificação urbana e de planejamento territorial focalizada sobre valores humanos. E, para que isto se dê, a elaboração de uma nova cultura comum, partilhada por homens e mulheres, e na qual tenham importância os estudos e as ocupações ligados à dimensão de gênero, deve constituir a parte central da renovação intelectual.

Quisemos saber se, quando um determinado espaço foi pensado, houve preocupação com a mulher e se, à luz dessa preocupação, o resultado do projeto foi avaliado após a construção. E também se a/o profissional arquiteta/o tem consciência de que sua prática pode reforçar a educação diferenciada que reproduz a opressão da mulher.

Nossa escolha foi que o objeto principal seria a mulher e suas relações com a cidade de São Paulo. Trabalharíamos com mulheres organizadas em grupos feministas, e também com as não organizadas, para verificar se havia diferença na maneira de ver a problemática urbana e se a cidade seria pensada do ponto de vista da mulher. Na arquitetura estudaríamos a experiência do GTA, e faríamos, à luz desta preocupação, uma análise dos projetos e construções da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e de grupos focais com mutirantes de unidades habitacionais, dando especial atenção ao trabalho de arquitetas e arquitetos que estivessem ajudando esses grupos, para entendermos como o espaço é percebido e se existe diferença no método de projetar.

Escolhermos apenas as mulheres para alvo de nossa reflexão e fomos, nós também, alvo de questionamentos, como, por exemplo, o de que seria necessário pesquisar igualmente o que pensavam os homens, entrevistando-os para que tivéssemos um contraponto. Só assim faríamos uma análise científica das relações sociais de gênero. Levando em conta essas observações, chegamos à conclusão de que isso não entraria em choque com nossa tentativa de fazer um questionamento conseqüente do androcentrismo.

Já no próprio conceito das relações sociais de gênero está sempre presente o modelo masculino, e aí nossa postura é a de sempre fazer uma contraposição aos papéis estabelecidos, tais como desempenhados em nosso cotidiano, que têm como modelo a supremacia do homem e a subjugação da mulher. Se partíssemos, assim, para estudar, por exemplo, as relações familiares, utilizando a categoria das relações sociais de gênero, e entrevistar só crianças, sem fazer perguntas às mães e/ou aos pais, com certeza estas estariam deixando passar comportamentos em que está subjacente o modelo hegemônico.

Mas os homens sempre estarão presentes como contraponto na análise das relações sociais de gênero, pois as questões do poder e da dominação/exploração que se dá na sexualidade, na produção, na reprodução, são calcadas no androcentrismo. Assim, as comparações com os parâmetros masculinos passarão a todo momento essas análises, uma vez que as relações sociais de gênero são uma categoria estruturadora da compreensão das relações sociais em geral, enfatizando sempre o contraponto ao sistema patriarcal<sup>9</sup>. Não se pode esquecer também que o androcentrismo, o comportamento machista fruto do sistema patriarcal, foi incorporado também pelas mulheres. Sabemos que alguns homens já incorporaram a necessidade desta transformação e durante o processo de resistência e luta das mulheres sempre tivemos homens aliados.

Não consideramos nossas primeiras premissas fechadas e definitivas, e essa flexibilidade já foi requerida logo que começamos a ir a campo, pois percebemos que não daria para estudar a cidade de São Paulo isoladamente, sem levar em conta a Área Metropolitana. As mulheres que encontramos, logo nas primeiras saídas, nas praças e terminais de ônibus, tinham sua vivência de trabalho e outras atividades em São Paulo, mas muitas delas eram dos municípios vizinhos, embora até pudessem morar aqui no presente ou ter morado em outras épocas, e tendo com a cidade ligações sociais, políticas ou via

<sup>9</sup> Kristeva, J. "Uma questão de gênero", 1994; "Women's time". In: Moi, Toril (ed.). *The Kristeva reader*. Londres, Blackwell, 1986.

parentes, e sendo usuárias de serviços oferecidos por órgãos e entidades paulistanos, principalmente de saúde e educação. Com isso, elas manifestavam-se dispostas a pensar a cidade de São Paulo com propostas de intervenção. Ficou claro para nós que levar em conta o cotidiano, o real, faz com que tenhamos uma melhor compreensão do objeto estudado.

### **Descrição da metodologia**

A *primeira fase* da pesquisa, já apresentada no Exame de Qualificação do mestrado, consistiu nas leituras sobre gênero e num embasamento buscado na sociologia, antropologia, história, geografia e nas teorias urbanas, cujo resultado foi contemplado no Trabalho Programado I, em que incluímos também considerações sobre o direito e a bioética.

A *segunda etapa* foi a da coleta de dados da pesquisa de campo com base nas 300 entrevistas efetuadas com mulheres transeuntes no Centro de São Paulo, além de outras que estavam nos subcentros e aquelas que foram localizadas no Terminal Santana e nos bairros, além de algumas nucleadas em entidades sociais feministas. Assinalamos também nosso entendimento de que o Centro, tal como o consideramos neste trabalho, é constituído da Praça da Sé e seu entorno. Os subcentros aqui contemplados são o Largo da Batata e o Largo 13 de Maio.

Como a cidade de São Paulo é um pólo aglutinador de serviços que atendem à Área Metropolitana, nela aparecem as transeuntes, moradoras em municípios vizinhos e que trabalham em São Paulo. O caso inverso também se dá: mulheres que trabalham em municípios da área metropolitana e moram na cidade de São Paulo. A maioria de nossas entrevistadas é composta de moradoras e trabalhadoras da cidade de São Paulo.

Uma parcela das entrevistas foi realizada com as transeuntes e a outra, com as mulheres dos e nos bairros de São Paulo. E esta pesquisa, que tinha por objetivo avaliar a cidade, acabou por se transformar em uma tribuna de reclamações e desabafos. As mulheres são tão pouco ouvidas em tudo, que, apesar de, num primeiro momento, estarem com pressa, quando entendiam sobre o que era a pesquisa, aproveitavam para falar de todas as suas angústias, pessoais e sociais.

Quando passamos a entrevistar mulheres nos bairros, organizadas em núcleos situados em subsedes da União de Mulheres de São Paulo ou em outras entidades, como a Associação de Mulheres da Zona Leste, a Coordenação de Mulheres da Zona Leste e outras, esperávamos que estas, por serem mais politizadas e militantes, já tivessem pensado nos serviços urbanos do ponto de vista de gênero, mas ficamos surpresas ao descobrir que não, nunca haviam parado para pensar as questões urbanas – tais como a de saber o que deve haver numa praça – segundo seus interesses. Geralmente pensavam a praça não para elas, mas para as crianças e os jovens. Ou para todos. Era necessário discutirmos um pouco, sempre pontuando sua fala no decorrer da pesquisa. Muitas riam e diziam: “É difícil pensar em mim. Estou habituada a só pensar nos outros”.

O objetivo principal dessa pesquisa era avaliar como as mulheres vêem a cidade. Exemplos de perguntas que fizemos, dando ênfase ao ponto de vista feminino sobre São Paulo: “Quando se procura emprego, o fato de alguém ser mulher interfere na escolha de seu trabalho, em termos de localização?”, “A violência urbana é igual ou difer-

ente para homens e mulheres?” Pedimos também que elas avaliassem os serviços a que têm acesso. As mulheres logo começavam a falar de seu cotidiano, de seu cansaço, da dificuldade em utilizar os serviços da cidade, que não facilitam o dia-a-dia, e da falta de apoio familiar, em especial, do marido ou companheiro.

Após a última entrevista de cada dia, ficava a impressão de as mulheres serem verdadeiros “burros de carga”. O que elas diziam de sua sobrecarga preencheu muitos cadernos de depoimentos e versos de questionários, que poderemos utilizar futuramente, se for mantido esse espaço de escuta na Universidade, por intermédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, voltado, em primeiro lugar, mas não só, para as mulheres da Área Metropolitana de São Paulo.

Na *terceira etapa* o que fizemos foi historiar a experiência de mulheres em três espaços: a Casa da Universitária de São Paulo, a União de Mulheres de São Paulo (UMSP) e o Grupo Técnico de Apoio (GTA). Lembrando que a Casa da Universitária de São Paulo não mais existe, a pesquisa de campo nesta etapa foi principalmente desenvolvida em torno da UMSP e do GTA, tendo seqüência depois no projeto que desenvolvemos com a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) e, no final, com a Comissão Permanente de Direitos da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo.

Ainda nessa etapa do trabalho reunimos textos, desde o Trabalho Programado I, que haviam sido escritos com diretrizes e propostas de intervenção, no âmbito dos poderes locais, e aqueles relatando experiências verificadas em várias partes do Brasil e da América Latina, destacando-se entre elas o Plano Setorial<sup>10</sup> no interior do Plano Diretor<sup>11</sup> para a Prefeitura de Santo André, que não chegou a ser aprovado.

Tivemos como base, entre outras, as diretrizes ou sugestões do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)<sup>12</sup>, indicando a importância de os governos locais realizarem seu planejamento incorporando a perspectiva de gênero, às quais acrescentamos a necessidade incontornável de respeito aos direitos humanos e ambientais.

Por que se deve incorporar a perspectiva de gênero no planejamento?

“Homens e mulheres têm papéis diferenciados, mas também suas necessidades são diferenciadas. (...) Quem planeja precisa conhecê-las e, mais do que isso, entendê-las como uma extensão de seu papel reprodutivo, que inclui a provisão de bens coletivos (habitação, educação, saúde) necessários às suas famílias. A participação popular na elaboração de propostas de políticas públicas junto aos governos locais assume hoje uma importante dimensão no planejamento municipal. É aí que esse papel pode ser verificado.

Sabedoras/es dos diferentes papéis e necessidades de mulheres e homens, e considerando tais diferenças, deve-se e podem-se definir políticas e programas mais adequados a toda a população. Estas condições, interesses e necessidades são diferenciadas na saúde, na educação, no emprego, na estrutura familiar, no lazer, é necessário o reconhecimento dessas diferenças, para então propor soluções que permitam um acesso mais igualitário às oportunidades. Por outro lado, a implementação de políticas e programas torna-se mais difícil – e menos eficaz – se as/os planejadoras/es não percebem tais diferenças (...)”<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Plano setorial dentro do plano diretor até então para as/os técnicas/os do planejamento eram os de água, luz, transportes, iluminação, gás. Aqui vimos aparecer o de gênero, que contém propostas de zoneamento, iluminação, transportes (alteração de itinerários), relacionando-se com o combate à violência de gênero no espaço público e privado, tendo como base os dados sobre a ocorrência de estupro das DDMs. Prevê também a construção de equipamentos sociais (creches, escolas) e a inclusão desse item nos planos espaciais de financiamento de habitação.

<sup>11</sup> Proposta de projeto de lei do Plano Diretor da Prefeitura de Santo André em 1991, que não foi aprovada.

<sup>12</sup> Além das reflexões e debates que vimos acumular-se em todo o processo da pesquisa e, principalmente, ao preparar as aulas sobre política fundiária e habitacional e sobre direito ambiental para o curso de capacitação das mulheres do Projeto de Promotoras Legais Populares.

<sup>13</sup> Mostre, 1995, p. 33-91; Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Área de Desenvolvimento Econômico e Social, Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, *Textos de Administração Municipal*, nº 14; *Introdução ao planejamento para o gênero: Um guia prático*. Rio de Janeiro, IBAM/Fundação Ford, 1997.

Esse documento diz ainda que o processo de desenvolvimento exige a participação de todos, e a todos deve beneficiar. Sugere que, por isso, os governos devem evitar ou minimizar todas as formas de discriminação presentes na sociedade, combatendo qualquer distribuição injusta de direitos e tendo como objetivo um desenvolvimento sempre mais igualitário, porém, salientando que a desigualdade de gênero deve ser reconhecida. O planejamento que leva em conta as características específicas de mulheres e homens, ou seja, o planejamento que incorpora a perspectiva de gênero, passa a ser um instrumento para garantir as possibilidades de implantação dessas políticas.

### **As instituições em que desenvolvemos a pesquisa e testamos experiências**

A primeira das instituições que escolhemos para desenvolver nossos estudos e reflexões foi a União de Mulheres de São Paulo, na qual estamos e atuamos desde sua fundação, em 6/12/1981, ou seja, há 22 anos. Analisamos a história da UMSP paralelamente à história da construção da cidade e à história do movimento feminista, tendo como marcos a cronologia de suas propostas, para a cidade e para o feminismo. Essa entidade feminista pauta-se pela organização das mulheres na luta por seus direitos, pelo posicionamento perante a sociedade sobre as questões específicas das mulheres e pela luta por uma sociedade justa, solidária, sem qualquer tipo de discriminação, não importa se por credo, raça/etnia, classe e orientação sexual, defendendo arduamente que os direitos das mulheres são direitos humanos. Trata-se, sempre, de organizar as mulheres para que lutem para a conquista da cidadania.

A UMSP sempre se posiciona e dá sua opinião sobre as questões chamadas “gerais”, como, por exemplo, as macropolíticas da sociedade de defesa e consolidação da democracia, e também apresenta e defende propostas de políticas públicas, nas áreas da saúde, educação, habitação, do combate e prevenção da violência doméstica e sexual, do meio ambiente, dos direitos humanos, da luta contra o racismo, das/os jovens, da maturidade, da orientação sexual e das/os idosas/os. Compreende que a discriminação e a conseqüente opressão que a mulher sofre são resultado de um processo estrutural da sociedade e que o feminismo é um movimento social norteado por uma filosofia que propõe uma mudança radical nas relações sociais de gênero, apontando e contribuindo para a estruturação de uma sociedade mais humana, pondo fim ao sistema patriarcal.

Sua história confunde-se com boa parte da história do movimento feminista brasileiro, pois suas fundadoras já atuavam nele desde 1975, com a Sociedade Brasil Mulher, que editava o jornal *Brasil Mulher*, um dos protagonistas desse processo. E foi aí que a militância feminista cresceu em número, até conseguir fundar, em São Paulo, o vigoroso movimento de luta por creches, para criar condições de as mulheres que trabalham fora e as que desejem fazê-lo terem onde deixar os filhos, primeira bandeira escolhida em sua estratégia de lutas. A União de Mulheres participou ativamente deste movimento, sendo suas fundadoras, em sua maioria, militantes históricas da luta por creches.

Nossas reflexões sobre o espaço urbano e gênero redundaram na organização de encontros sobre mulher e meio ambiente e na participação, preparando e dando aulas, no curso de Formação de Promotoras Legais Populares, que teve e tem também como temas as políticas habitacional e fundiária e o direito ambiental, em que nossa fala trouxe o ponto de vista de gênero.

Em 2000 foi desenvolvido um curso, que durou oito meses, sobre gênero e meio ambiente, oferecido a 30 mulheres que já tinham feito o curso de promotoras legais populares, este em parceria com o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP). Essa iniciativa teve como objetivo desenvolver um aprofundamento do conhecimento das questões ambientais e relacioná-lo às das relações sociais de gênero. Nossa contribuição foi elaborar uma síntese das reflexões já desenvolvidas pelas feministas sobre o meio ambiente assim como indicar mulheres que acumulam experiência nessa área, para que nos sirvam de referência. Destacamos, em especial, a palestra da engenheira de transportes Silvana Zuccoloto, que contribuiu apresentando uma comunicação sobre a mobilidade entendida como a acessibilidade ao transporte e o ir-e-vir da mulher na Área Metropolitana de São Paulo, embasada em análises da pesquisa de origem-destino do Metrô.

A UMSP é, portanto, uma entidade democrática, um espaço de mulheres feministas e autônomas, uma escola a serviço do feminismo e da sociedade, feita por e para mulheres que sonham e lutam. Aí sempre se desenvolvem discussões e intervenções abertas à participação de mulheres de outras entidades, feministas ou não. Por meio do Centro de Orientação Integral à Mulher (COIM), atendem-se mulheres chefes de família, prostitutas e mulheres vítimas de violência psicológica e física, que são encaminhadas para atendimento jurídico e psicológico. Também ao abrigo da UMSP atua o Centro de Orientação de Formação de Mulheres (COFM), que tem o mesmo objetivo do COIM, mas é restrito ao centro da cidade e tem por objetivo principal contribuir para a inserção de mulheres em situação de rua na sociedade e com as funcionárias dos albergues, chamando a atenção para as questões de gênero.

Sua história é marcada por constantes posicionamentos em relação a praticamente todos os assuntos que envolvam acontecimentos importantes na história da cidade, do Brasil e até mesmo do planeta, como o processo de implantação de eleições “livres” no país, a estruturação e o funcionamento do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, a criação da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, a apresentação de propostas à Constituinte de 1988 e à Conferência Mundial de População e Direitos Humanos, assim como a ECO-92. Acompanhamos também toda a organização – indo a todos os encontros nacionais preparatórios – das mulheres brasileiras para a participação na 4ª Conferência Mundial de Mulheres de Beijing (1995), o que culminou com nossa ida à Conferência propriamente dita, na China. Lá nos organizamos para participar da Conferência Habitat II – Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, na Turquia, em 1996, na qual a participação do Brasil foi pequena. Mas, nesse pouco que no Brasil pôde ser feito, a União de Mulheres de São Paulo teve sua contribuição, que, dadas as circunstâncias, teve um certo peso: organizou um encontro e tirou uma carta, que levamos para Istambul.

Toda esta experiência estamos transferindo para a Universidade. Uma parte da história de um dos movimentos sociais mais importantes do século XX. Lançando mão de publicações e debates desenvolvidos com estudantes, e trazendo para a reflexão o significado da intervenção das mulheres no espaço urbano, buscando verificar como elas produzem a cidade e alteram o uso deste espaço.

Elaboramos também um mapa, com a espacialização das 25 “casas de mulheres”, ou “lugares de mulher”, a ser impresso e distribuído, para que se visualizem esses espaços específicos em relação ao conjunto da cidade e se entenda a interferência desses no tecido social urbano. Este mapa foi produzido pela arquiteta Cecília Maria Machado, do GTA.

Já o Grupo Técnico de Apoio (GTA), que foi fundado em 1993, quando um grupo de funcionárias/os foi obrigado a sair da Prefeitura Municipal de São Paulo – trabalhávamos na Superintendência de Habitação Subnormal, conhecida como “Habi”, da SEHAB<sup>14</sup> –, para dedicar-nos à continuidade das experiências em urbanização de favelas e assessoria aos movimentos de moradia popular.

Além do mais, aquela administração municipal, que nos levou à demissão, esvaziou a Superintendência e interrompeu todos os projetos de urbanização de favelas e de mutirão de casas populares de que participávamos. Partimos então para construir uma proposta nova, o GTA, que resultou das reflexões de um grupo de arquitetas e arquitetos, duas mulheres e dois homens, e um geólogo, todos oriundos da então recente experiência de urbanização de favelas na gestão, encerrada no final de 1992, da prefeita Luiza Erundina.

Durante o processo de discussão – principalmente com a arquiteta Neide de Souza Ferreira – visando à participação da sociedade civil na ECO-92, realizada de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, consolidou-se a idéia de, em vez de abrir um escritório de arquitetura, fundarmos uma organização não-governamental. Aproveitamos que naquele momento essas definições, em nível mundial, estavam frescas e baseamos os princípios e objetivos fundamentais do Grupo Técnico de Apoio (GTA) na Carta de Princípios do Fórum Global dos Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais, aprovados na Conferência da ECO-92. São eles:

- Assessorar movimentos populares organizados, entidades públicas ou privadas em questões relativas à habitação popular e ao urbanismo, sob todos os aspectos;
- Universalizar a cobertura dos serviços de saneamento básico e de infra-estrutura, equacionando o acesso a esses bens a todos os usuários urbanos e rurais; promover e estimular a constituição, em nível local, nacional e internacional, de fundos e mecanismos autônomos de gestão para a produção de moradias, materiais de construção e equipamentos urbanos; e garantir o controle social sobre a destinação destes recursos;
- Promover e estimular a constituição, em nível local, nacional e internacional, de fundos e mecanismos autônomos de gestão para a produção de moradias, materiais de construção e equipamentos urbanos, garantindo o controle social sobre a destinação destes recursos;
- Estimular a aplicação de recursos do orçamento público na criação de empregos produtivos, potencializando o surgimento de oficinas, microempresas, cooperativas e outras formas de emprego e geração de renda;
- Apoiar as campanhas que venham a reconhecer direitos civis iguais no acesso à terra e à moradia para as mulheres e reforçar a necessidade de que elas venham a assumir também responsabilidades nos processos de direção dos movimentos sociais, tal como foi proposto na Agenda 21 aprovada no Fórum Global;
- Promover a cidadania, a ética, os direitos humanos e a democracia por meio de se-

<sup>14</sup> Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

minários, palestras, cursos, publicações e quaisquer outros meios;

- Promover a assessoria jurídica gratuita às pessoas necessitadas;
- Promover o combate à pobreza e à exclusão social;
- Sistematizar, analisar e difundir o conhecimento acumulado, e promover novos estudos, que impulsionem as ações voltadas para conquistas sociais no campo e da vida na cidade e nos povoados, da moradia e do meio ambiente, articulando organizações populares e centros de apoio e investigação social com o fim de potencializar este trabalho e as lutas sociais;
- Promover seminários, estudos, pesquisas, publicações e outras atividades afins à questão habitacional e urbanística;
- Fomentar o interesse de estudantes das áreas mais diversas para uma formação voltada para a questão da habitação popular;
- Estimular a defesa e a proteção do meio ambiente, a ecologia, no que comprometa a qualidade de vida, entendendo a habitação como todo o meio em que o homem está inserido, não só a casa onde mora.

Diante desses princípios, comprometemo-nos, em nossa atuação também no GTA, a chamar a atenção para as relações de gênero.

Passamos a propor alterações da metodologia de concepção e elaboração dos projetos, voltados fundamentalmente para áreas degradadas, como favelas e cortiços, para programas habitacionais de interesse social, para a revitalização de parques e a recuperação dos mananciais, assim como para planos de ação e programas de recuperação ambiental de uma forma ampla.

Mais do que isso, alteramos a forma de projetar. Adotamos a metodologia da participação ativa das/os usuárias/os no processo de concepção dos projetos, planos e programas. Este processo é precedido pela busca de um conhecimento profundo acerca da população que iremos atender, conhecimento que adquirimos graças ao trabalho de uma equipe multidisciplinar chamada Desenvolvimento Humano e Sócio-Cultural, composta por assistentes sociais, sociólogas, enfermeiras, psicodramatistas, arte-educadoras/es (atrizes/atores e músicas/os), na qual as/os arquitetas/os integram-se inter-relacionando o produto do desenho com o resultado do diálogo efetivado durante todo o processo dos estudos preliminares, dos projetos básicos e o executivo, assim como no acompanhamento da obra pelas/os beneficiárias/os do projeto.

Essas populações têm, por parte de nossa equipe, sua organização fortalecida, pois um trabalho com planos educacionais é desenvolvido a partir de grupos de interesse, como mulheres, crianças, adolescentes e idosas/os. O conteúdo abordado pelo GTA está vinculado aos direitos humanos, traduzidos no direito a um ambiente saudável e com sustentabilidade, aliado ao desenvolvimento econômico. No caso das mulheres, consideramos as relações sociais de gênero quando enfocamos questões como violência doméstica e sexual, saúde (planejamento familiar, prevenção de DST/AIDS), capacitação e profissionalização, o direito das crianças a brincar e a estudar, assim como o estímulo a adolescentes, jovens e adultos se organizarem.

Em relação a toda a população, a educação ambiental tem sido trabalhada com propostas práticas de manejo ambiental – tratamento dos resíduos sólidos, coleta seletiva, prevenção de doenças hídricas, cursos de jardinagem e plantios – e trato com os órgãos

que desenvolvem programas de prevenção, como desratização e outros. São divulgadas as discussões e decisões dos fóruns de meio ambiente e comitês de bacias hidrográficas, assim como as leis relacionadas às questões ambientais, como a Lei de Proteção dos Mananciais<sup>15</sup>, e a de crimes ambientais.

As demandas vêm dos movimentos organizados de favelas e por moradia, que assessoramos gratuitamente (somente quando, como resultado da luta, se conseguem os contratos é que são previstos nossos futuros honorários). Mas o trabalho social já vem sendo feito desde bem antes, assim como as diretrizes do projeto arquitetônico e até urbanístico, que já vêm sendo definidas, no caso de mutirões de moradia e urbanização de favelas. Também participamos de licitações em prefeituras e no Estado, em concorrências para o Programa de Saneamento Básico (Prosanear), demandado pela Sabesp a prefeituras, e em programas e projetos de revitalização de áreas degradadas, como córregos, nascentes de rios, parques, áreas de mananciais, planos de ação urbano-habitacionais e de diretrizes habitacionais, Planos de Ação Urbano e Habitacional. Uma grande ênfase é dada para a organização e o fortalecimento da autonomia da população.

#### **Por que a escolha desses espaços para a efetivação da pesquisa?**

Sempre existe um desejo de se desenvolver um sonho, iniciá-lo e terminá-lo. Estas duas instituições – a União de Mulheres de São Paulo (UMSP) e o Grupo Técnico de Apoio (GTA) – produzem um saber a que as universidades estão alheias. E uma de nossas angústias era poder fazer o registro do conhecimento e reflexões junto aos centros de investigação científico-acadêmicas. Para isso, seria preciso haver uma aproximação da sociedade civil organizada com as instituições de pesquisa universitária, o que poderá gerar um caldo de cultura e de pensamento que certamente interferirá decididamente nos rumos da humanidade. Nesses espaços, seria possível planejar intervenções com possibilidade de prever não só o comportamento, como o movimento e o desenvolvimento do fenômeno, tanto nas instituições como na população.

No caso do GTA, os motivos são os mesmos. Como esta é uma organização não-governamental, com uma estrutura ainda pequena, o controle do processo e das intervenções locais, realizado junto com as/os técnicas/os, traz resultados mais imediatos. Da experiência, também participam homens, mas, estes sendo pessoas com disposição para mudanças, os conflitos que chegam a ocorrer se dão num tom ameno e são até produtivos. O GTA tem se proposto a construir novos conhecimentos e a contribuir para chegar a intervenções que modifiquem a metodologia estabelecida, que se dá de forma autoritária, de projetar o espaço construído. Vem tentando na prática desenvolver soluções mais próximas da população escolhida como prioritária para ser atendida, que são as camadas populares, principalmente, as/os moradoras/es de favelas. Assumiu a prática de constituição de equipes multidisciplinares e que exigem articulação com a multisetorialidade.

Este trabalho também é o relato de quatro experiências práticas: o acompanhamento do mutirão do CDHU (por parte tanto do GTA como da UMSP), a experiência do GTA, a urbanização da favela do Jardim Boa Esperança e o seminário na Prefeitura de Mauá. Além da análise dos resultados da pesquisa realizada em campo com as 300 mulheres entrevistadas. Aqui apresentamos a tabulação e a análise dos desenhos.

<sup>15</sup> Lei Estadual 9866/97, conhecida como a Nova Lei de Proteção dos Mananciais.

## Formulação da hipótese

- as mulheres vivenciam a cidade de maneira diferente que os homens;
- destacar que a inserção no processo de relações sociais de gênero é cultural e construída no processo histórico da humanidade;
- demonstrar que o simples fato de serem mulheres, com as imposições e encargos da sociedade, interfere em sua mobilidade e em sua utilização do espaço público e privado; acentuando-se as dificuldades quando se tornam mães;
- discutir que os serviços urbanos em nenhum momento foram pensados levando-se em consideração o atendimento às necessidades geradas pelas especificidades das mulheres e às relações sociais de gênero, nem mesmo as necessidades estabelecidas pelo *status quo*, com a mulher mãe, a mulher consumidora, a usuária de serviços;
- apesar de a inserção da mulher no mercado de trabalho ter sido maciça, o espaço público não foi readequado para recebê-la;
- ressaltar que as mulheres têm propostas para a reformulação e o aperfeiçoamento dos serviços urbanos, dos transportes, da educação, dos serviços bancários, do comércio e da segurança;
- ressaltar que falta às mulheres – principalmente as de classes sociais mais baixas, e, o mais grave, quando são negras – a infra-estrutura que lhes garanta acesso à informatização, o que prejudica sua profissionalização, agravando sua já difícil condição, com a dupla jornada de trabalho e, principalmente, a maternidade;
- ressaltar que as mulheres estão principalmente no mercado informal, ocupando grande espaço como camelôs, vendedoras domiciliares de cosméticos, alimentos, roupas, trabalhando como faxineiras, costureiras, colando, montando equipamentos em casa para empresas, sem não mencionar o mercado da prostituição, o tráfico de drogas e o crime organizado; com o aumento do desemprego de seus maridos, elas já chegam a perfazer cerca de 28% do total dos chefes de família<sup>16</sup> na Área Metropolitana de São Paulo, e de 37% no Centro de São Paulo<sup>17</sup>.
- ressaltar que a violência urbana manifesta-se de forma específica em relação às mulheres, com os espaços vazios, como terrenos abandonados e parques, sem segurança, com a falta de iluminação pública e com os itinerários dos ônibus mal planejados, contribuindo para a não proteção das mulheres;
- ressaltar que as mulheres têm uma avaliação própria e propostas específicas para a cidade de São Paulo.

## Análise dos resultados, conclusões e recomendações

Ao formularmos os objetivos acima expostos e irmos a campo auscultar as mulheres, tivemos como principal objetivo provocar uma reflexão mais profunda, nossa e das mulheres abordadas. Nossa trajetória no processo de construção da cidadania das mulheres, nestes 29 anos de trabalho, estudo e militância, e nos 50 anos de vida nesta cidade, e sendo arquiteta/urbanista atuante, já era suficiente para que afirmássemos taxativamente que são verdadeiras essas suposições. Mas, ao mergulharmos no contato com as entrevistadas, para pensar juntas a cidade, foi surpreendente não só a receptividade, como o entusiasmo que as mulheres em geral demonstraram ao poderem opinar sobre como gostariam que a cidade de São Paulo se organizasse. Sentir e constatar como se dá a intro-

<sup>16</sup> Fundação Seade. *Famílias chefiadas por mulheres – Pesquisa de condições de vida na RMSP*, 1994.

<sup>17</sup> Sposatti, A. *Mapa da exclusão*, São Paulo, PUC-SP, 1996.

jeção, ou seja, como se manifesta a incorporação da dinâmica da cidade vivida pelas mulheres para nós foi algo apaixonante, envolvente e diferente, porque, mesmo sendo mulher, feminista, nascida nesta cidade que amo e que vi crescer, e sendo urbanista e arquiteta, ouvir a opinião e adentrar o seu mundo é diferente, porque são muitas opiniões, com maneiras e raciocínios próprios e específicos, mostrando outras óticas e novas perspectivas. A vida cotidiana de cada uma traz questões para o entendimento das quais, mesmo se as vivenciamos, por sermos mulher, nossa experiência e conhecimentos não são suficientes. Somos realmente tomadas de surpresa diante da realidade ali vivida. Por exemplo, tínhamos a nítida sensação de que a mulher é um verdadeiro “burro de carga”, que utiliza a cidade para serviços – comércio, banco, médicos, levar filha(o) para a escola – e para transitar do e para o trabalho, sempre correndo e penduradas de pacotes, sacolas e, além disso, sendo assediadas sexualmente na rua, no ônibus, no metrô, no trem, e, como motoristas, sendo convidadas grosseiramente a voltar para a cozinha. Portanto, acreditávamos – e isso se confirmou a cada entrevista – que elas estariam dispostas a colaborar com soluções e intervenções que facilitem sua mobilidade (acessibilidade) e melhorem sua qualidade de vida. As mulheres estão mais do que nunca integradas na produção do espaço construído, mas permanecem invisíveis, como as atividades e funções que desempenham. Não usufruem a cidade, e acessam-na apenas em parte.

